



Delegações dos EUA e da Venezuela trocam visitas para explorar caminhos para reativar laços e reabrir embaixadas. Na Casa Branca, Trump recebe duas dezenas de diretores de múltis petroleiras para discutir a exploração do setor

# Reatamento de relações em estudos

Washington e Caracas deram ontem sinais de que sondam o terreno para iniciar um processo que possa levar à retomada das relações bilaterais formais entre Estados Unidos e Venezuela, congeladas desde 2019, embora não tenham sido oficialmente rompidas. O chanceler venezuelano, Yván Gil, indicou que o presidente interina, Delcy Rodríguez, empossada horas depois de o titular, Nicolás Maduro, ter sido capturado por forças norte-americanas e levado em custódia para Nova York, "decidiu iniciar um processo exploratório com o governo dos EUA, voltado ao restabelecimento das missões diplomáticas em ambos os países". Pelo lado oposto, o encarregado de negócios da embaixada na Colômbia, John McNamara, viajou para a capital venezuelana "para uma avaliação inicial sobre a possível retomada gradual das operações" na representação diplomática, informou uma fonte oficial citada pela agência AFP, sob anonimato.

Em comunicado, Delcy revelou ter informado aos colegas Lula, Gustavo Petro (Colômbia) e Pedro Sánchez (Espanha) que seu governo enfrentará "pela via diplomática" o que classificou como "a agressão criminosa, ilegal e ilegítima perpetrada contra a República Bolivariana da Venezuela" em 3 de janeiro. A presidente interina confirmou que recebeu uma delegação norte-americana para explorar as possibilidades de retomar as relações formais, inclusive com a reabertura recíproca das embaixadas. Autoridades venezuelanas anunciaram, paralelamente, que "uma delegação de diplomatas será enviada aos EUA para cumprir as tarefas correspondentes". De acordo com o chanceler Yván Gil, faz parte da agenda de conversações a análise "das consequências derivadas da agressão e do sequestro (de Maduro)".

## Petróleo

A reativação dos canais diplomáticos coincide com os movimentos da Casa Branca para induzir o ingresso de empresas dos EUA no setor petroleiro da Venezuela, que detém as maiores reservas comprovadas do mineral no mundo. "Vamos tomar a decisão sobre quais petroleiras vão entrar, vamos fechar o acordo", disse Trump ao receber mais de duas dezenas de dirigentes de empresas do setor na Casa Branca. "Vocês estão negociando diretamente conosco, não com a Venezuela, de forma alguma", frisou. "Não queremos que negociem com eles", advertiu. "E vocês terão total segurança", garantiu. "Uma das razões pelas quais não podiam trabalhar lá é que não tinham garantias, mas agora têm segurança total".

Falando a uma emissora de TV, Trump assegurou que as empresas presentes na Casa Branca teriam manifestado a disposição de investir "até US\$ 100 bilhões". A Exxon, uma das gigantes do setor, assinalou, no entanto, em nota de análise, que não prevê "que a companhia, nem a indústria em geral, ponha capital (na Venezuela) até que haja um governo estável e um regime fiscal, entre outros fatores". Entre as petroleiras presentes na reunião estava a espanhola Repsol, que já atua no país.

No início da semana, após a interceptação e apreensão de navios-tanques suspeitos de tentar burlar o bloqueio marítimo imposto pelos EUA no litoral, o presidente norte-americano anunciou ter obtido acordo de Caracas para a "transferência" de 30 milhões a 50 milhões de barris de petróleo, cujas receitas de exportação ficariam sob controle de Washington.

## Oposição

Na sequência das articulações para a definição dos rumos da Venezuela

Saul Loeb/AFP



Donald Trump se reúne na Casa Branca com executivos de multinacionais do petróleo: planos em marcha



Vocês estão negociando diretamente conosco, não com a Venezuela. Não queremos que negociem com eles"

Donald Trump, presidente dos Estados Unidos

pós-Maduro, Trump se prepara para receber, possivelmente na próxima semana, a líder opositora venezuelana María Corina Machado, que está na Europa desde dezembro, depois de receber na Noruega o prêmio Nobel da Paz. "Entendo que ela virá em algum momento na próxima semana. Estou ansioso para cumprimentá-la", disse à emissora Fox News. Nas horas que se seguiram à captura do presidente venezuelano, María Corina sugeriu que o poder deveria ser entregue à coalizão que ela representa — possivelmente na pessoa de Edmundo González, candidato derrotado por Maduro na eleição de 2024, mas aclamado como vitorioso pelos correligionários e por vários países, inclusive os EUA.

Inicialmente, o presidente dos EUA optou por estabelecer contato com a interina chavista, e descartou a ideia de colocar no poder a dirigente opositorista. "É uma mulher muito simpática, mas não conta com apoio nem respeito dentro de seu país", sentenciou. Trump chegou a contestar a escolha de María Corina para o Nobel da Paz, ao qual ele mesmo se candidatou. A própria líder da oposição venezuelana disse à Fox News que gostaria de entregar o prêmio ao presidente dos EUA, a quem manifestou sua gratidão por ter tirado Maduro do poder. "Ouvi dizer que ela queria fazer isso. Seria uma grande honra", afirmou o mandatário.

## Trump admite "rifar" a Otan

O general norte-americano Alexis Grynkeiwich, comandante militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), desmentiu ontem que a aliança liderada por Washington esteja vivendo uma crise, decorrente da intenção do presidente Donald Trump de anexar aos Estados Unidos a Groenlândia, ilha da região ártica que pertence à Dinamarca, integrante do bloco. "Até agora, isso não teve nenhum impacto no meu trabalho em nível militar. Então eu diria apenas que estamos prontos para defender cada centímetro do território (da aliança)", disse o oficial. Ele comentava declarações feitas na véspera por Trump ao jornal *The New York Times*, nas quais afirmou que "não precisa" de respaldo no direito internacional e insistiu na "necessidade" do território para "a segurança" dos EUA, ainda que a anexação ponha em risco a própria existência da Otan.

"Estamos tentando dissuadir qualquer ação contra o território da aliança", insistiu o general. "Acho que estamos conseguindo, vemos isso todos os dias." Parceiros europeus, como Itália, França, Alemanha, Polônia, Espanha e Reino Unido, se sucederam em declarações de apoio à Dinamarca desde que o presidente norte-americano declarou a intenção de anexar a Groenlândia, logo após retornar à Casa Branca, há pouco menos de um ano. Ainda na semana que se encerra, a premiê dinamarquesa, Mette Frederiksen, advertiu que uma ofensiva militar contra o território autônomo "significaria o fim" da Otan.

## Conexão diplomática



silvioqueiroz.df@gmail.com

# Dilema existencial no caminho das urnas

A expectativa do Planalto, no entorno mais próximo do presidente Lula, era entrar em 2026, ano de campanha pela reeleição, com troféus de política externa para desfilarem em palanques e debates. O principal, de longe, seria o sucesso no enfrentamento ao tarifaço de Donald Trump. Outro, também na esfera comercial, seria o acordo entre Mercosul e União Europeia.

O último engasgou quando o Brasil passava ao Paraguai a presidência rotativa do bloco. Mas parece ter sido destravado no Conselho Europeu, a despeito das resistências do setor agrícola, personificadas pela França de Emmanuel Macron. Entra, agora, na etapa da ratificação,

que pode ser longa e deve avançar entre tropeços e ziguezagues.

Na relação bilateral com Washington, porém, a "química" estabelecida no cara a cara com Trump foi atravessada pela crise político-militar aberta com o ataque à Venezuela e o sequestro do presidente Nicolás Maduro. O tema, que frequenta as disputas pela presidência desde a primeira eleição de Lula, em 2002, volta à cena em versão turbinada pelo peculiar "modo Trump" de governar.

## Olho no peixe...

A cada dia, o núcleo duro da campanha à reeleição calibra o

radar político para o horizonte de outubro. Nessa perspectiva, manter uma relação respeitosa e distendida com os EUA — e com Trump — é um trunfo para neutralizar a habitual artilharia da oposição de direita em torno da política externa dos governos petistas, tachada de "antiamericana" e "benevolente com ditadores".

O distanciamento com Maduro, no atual mandato, foi uma inflexão motivada, entre outros fatores, pelo cálculo eleitoral. Mesmo quando o titular da Casa Branca enviou armada e aviões para o Caribe, prevaleceu no Planalto e no Itamaraty uma abordagem cautelosa, que desagradou setores mais à esquerda no próprio PT e no campo governista.

## ...olho no gato

Com Maduro detido e a caminho de julgamento em Nova York, Lula se

vê na encruzilhada. Confrontar diretamente os EUA não apenas põe em risco um gol marcado na arena diplomática. Em nome de aplacar críticas na base político-eleitoral, o presidente se expõe ao risco adicional de potencializar o ânimo dos bolsões mais radicais do trumpismo para intervir no processo eleitoral brasileiro, em favor de um candidato mais afinado com seu programa. A preços de hoje, mais provavelmente, Flavio Bolsonaro.

Não por acaso, Lula busca preparar sua intervenção na crise venezuelana em coordenação com aliados. Em particular, trata de afinar a sintonia com Gustavo Petro, o presidente ex-guerrilheiro da Colômbia. Cinco meses antes do primeiro turno por aqui, os colombianos vão às urnas escolher o sucessor — a Constituição, por lá, veda a reeleição.

Petro, primeiro esquerdista a governar o país em dois séculos de vida independente — e republicana —,

aposta as fichas no senador Iván Cepeda, filho de um dirigente comunista assassinado por esquadrões paramilitares de ultradireita depois de disputar a Casa de Nariño, em 1994. Ficou em terceiro lugar. Lá, como aqui, o trumpismo ameaça jogar bruto para recolocar no poder seus aliados — em nome de disciplinar o "quintal", como se referem à América Latina.

## Jogo aberto

Na negociação Mercosul-UE, a semana termina com a projeção de que o acordo será finalmente assinado, nesta segunda-feira, por Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, braço executivo do bloco. A área de livre-comércio estabelecida compreende mais de 700 milhões de consumidores potenciais — a maior do mundo, seguindo esse critério.

Do lado de lá do Atlântico, porém, a partida não está ainda encerrada. O texto a ser firmado voltará ainda ao Parlamento Europeu. Algumas cláusulas são passíveis de ratificação pelos parlamentos nacionais, antes que o acordo como um todo entre em vigor — mas partes dele podem ser efetivadas antes.

## Gregos e troianos

O foco das atenções, hoje e sempre, seguirá na França. Mesmo tendo dado voto vencido contra o tratado, no Conselho Europeu, Macron tem pela frente a ameaça de novas moções de censura patrocinadas pelos extremos do espectro político. Esquerda radical e ultradireita, por razões distintas, devem somar votos na Assembleia Nacional, uma vez mais, para no mínimo derrubar mais um gabinete — e manter o presidente nas cordas até a eleição do ano que vem.